

EDUCAÇÃO SEXUAL EM DEBATE: CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES

Sexual education in debate: concepts, experiences, and possibilities

Virgílio Armando Trentin de Oliveira¹
Roberta de Oliveira Barbosa²

Resumo: O objetivo do presente artigo é ilustrar de que forma a educação sexual vem sendo descrita na literatura acadêmica brasileira, com ênfase na educação sexual escolar. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico e foram selecionados textos que abordavam a temática por meio da leitura do título e do resumo. O artigo é organizado na introdução, na qual foram apresentados conceitos e a justificativa do trabalho, e em três tópicos posteriores, nos quais foram abordadas temáticas que se destacaram durante o levantamento bibliográfico. Em um primeiro momento, serão apresentadas as percepções de professoras e professores que trabalham a educação sexual nas escolas, bem como as perspectivas como esse trabalho ocorre. No segundo tópico, será discutida a questão da orientação sexual e do gênero como temas da educação sexual, demonstrando a necessidade e a tendência de inclusão dessa abordagem para além da ótica biológica. O tópico seguinte trata de outras experiências de educação sexual, como as elaboradas por profissionais da saúde ou por meio de jogos. Na sequência, são discutidas algumas controvérsias geradas com o debate da educação sexual e as consequências do trabalho inadequado com a educação sexual nas escolas. Conclui-se que estudos sobre educação sexual no Brasil cresceram desde os anos 90, com ênfase em aspectos sociais e psicológicos após 2010. Os desafios observados incluem implementação nas escolas de disciplina acerca de educação sexual mais abrangente, requerendo formação contínua dos professores e colaboração para uma abordagem empática.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; educação sexual.

Abstract: *The objective of this article is to illustrate how sexual education has been described in Brazilian academic literature, with an emphasis on school sexual education. For this purpose, a bibliographic survey was conducted, and texts addressing the topic were selected based on title and abstract readings. The article is organized into an introduction, presenting concepts and justifying the work, and three subsequent sections covering themes highlighted during the bibliographic survey. In the first section, perceptions of teachers involved in sexual education in schools are presented, along with the perspectives in which this work takes place. The second section discusses the issues of sexual orientation and gender as topics in sexual education, demonstrating the need and trend for the inclusion of these approaches beyond the biological perspective. The following section explores other*

¹ Docente de Sociologia. Email: vtrentin@gmail.com

² Mestre em Ensino e Processos Formativos pela Unesp. Email: oliveira.barbosa@unesp.br

experiences of sexual education, such as those developed by health professionals or through games. Subsequently, the article discusses controversies arising from the debate on sexual education and the consequences of inadequate or absent sexual education in schools. It is concluded that studies on sexual education in Brazil have increased since the 1990s, with a focus on social and psychological aspects after 2010. Challenges include implementation in schools, requiring ongoing teacher training and collaboration for an empathetic approach.

Keywords: *gender; sexuality; sex education.*

1. Introdução

Apesar das constantes discussões acerca da temática da educação sexual, tanto no contexto acadêmico-científico com autores já consagrados como teóricos da área, a exemplo de Louro (1998), que aborda a construção social de gênero, identidade sexual, diversidade sexual e a importância da educação sexual nas escolas para promover uma compreensão mais aberta e inclusiva da sexualidade, e Foucault (1998) que questiona a concepção tradicional da repressão sexual, argumentando que a sociedade moderna intensifica o controle através de instituições como a medicina e a educação, analisando ainda o papel no poder na produção de conhecimento sobre a sexualidade; quanto na esfera pública social, onde professoras, professores, gestoras, gestores e outros atores da escola têm sido orientados, ao longo de décadas, a abordar essas questões seguindo currículos como os já não mais utilizados Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), que tratavam da temática de "orientação sexual", e a atual Base Nacional Comum Curricular (2018) que, conforme explica Sartori (2022), aborda questões relativas à sexualidade humana de forma estritamente biológica, sem contemplar temas como orientação sexual e gênero. Adicionalmente, é importante ressaltar que a sociedade, incluindo pais e mães, constantemente expressa suas opiniões acerca dessa temática, configurando uma discussão que perdura por mais de um século e, sendo assim, a educação sexual se tornou um tópico importante dos currículos escolares.

No que diz respeito aos registros da educação sexual como temática curricular, conforme elucidado por Ribeiro (1990) em um trabalho de referência na área escrito há mais de três décadas, as escolas já desenvolviam trabalhos nesse campo desde a década de 1920, embora tenham ganhado maior relevância e sistematização a partir dos anos 1980. A esse respeito, vemos o trabalho de Rosemberg (1985) que encontrou àquela altura apenas cinco estudos brasileiros a respeito da educação sexual nas escolas, destacando a influência da religiosidade na exclusão da temática dos currículos oficiais. Altmann (2006) amplia ainda mais o panorama ao afirmar que a sexualidade de crianças e adolescentes se tornou uma questão pública e, conseqüentemente, uma preocupação curricular já no século XVIII, período em que as escolas passaram a concentrar conteúdo dessa temática e a se preocupar em qualificar professoras e professores para educar os alunos nesse contexto específico. Esses marcos podem ser indicados então como pontos nos quais temos registros e evidências da educação sexual enquanto matéria curricular formal.

Esse tipo de assunto deve ser abordado nas escolas por fazer parte da natureza humana e conseqüentemente do desenvolvimento pleno dos sujeitos. Barcelos, Zaiad e Santos (1996) explicam que a educação sexual formal deve ter como objetivo formar e informar as crianças e os adolescentes para a prática saudável da sexualidade, sendo comum aos adolescentes a curiosidade em entender e conhecer o que está acontecendo em termos de puberdade com eles e com seus pares, numa situação complexa na qual a sexualidade envolve, além de questões biológicas, temas psicológicos e sociais. Ribeiro (1990) explica que, no início dos trabalhos de educação sexual, os objetivos dessas intervenções eram discutir temáticas como a gravidez na adolescência, o uso de drogas e doenças como a AIDS, mas, com o tempo, essas demandas foram somadas a outras que contemplam a sexualidade como uma esfera de desenvolvimento integral do indivíduo. Esses argumentos mostram como é importante que essa discussão ocorra nas escolas, visto que a instrução a respeito de sexualidade de forma saudável e responsável pode até mesmo prevenir situações de abusos e outras situações nas quais jovens e adolescentes podem se encontrar vulneráveis. Apesar da primeira impressão lógica de que o campo da educação sexual concerne a instrução acerca do aspecto biológico reprodutivo, a sexualidade humana vai além dessa questão.

Para continuar pensando na educação sexual nas escolas, é preciso, portanto, definir o que se entende por sexualidade. Para tal, consoante com as leituras realizadas para a elaboração desse artigo de revisão de literatura, concordamos com definições clássicas, como a de Brandão e Heilborn (2006), que entendem a sexualidade como um conjunto de regras socioculturais que moldam a experiência sexual das pessoas, bem como as organizam em atributos de gênero feminino ou masculino. Em Louro (2007), encontramos uma explicação que diz que, na sexualidade, temos um dispositivo que envolve mais que corpos, mas fantasias, rituais, valores e comportamentos, entre outros, colocados em ação para expressar desejos e prazeres. Apesar de a definição de Brandão e Heilborn (2006) se pautar em uma perspectiva binária de gênero, compreendemos que a pluralidade de perspectivas de identidade e expressão de gênero vai além desse binarismo, por ser múltipla ou muitas vezes fronteiriça, porém entendemos que a sociedade está estruturada com base nesses marcadores, e o processo de superação desse conceito ainda não ocorreu, sendo as categorias de gênero importantes para a leitura e a interpretação dos campos sociais.

Sendo a sexualidade tão importante para a sociedade e para os sujeitos, é natural que tenha sido elencada ao longo do desenvolvimento da sociedade como um tema a ser discutido nos currículos escolares. A esse respeito, Carneiro et al. (2015) opinam que a escola é um ambiente favorável para o desenvolvimento de oficinas que abordam a temática da educação sexual, uma vez que é o ambiente cotidiano dos adolescentes, no qual eles se sentem seguros e confortáveis para expressar dúvidas, sentimentos e inquietações. Para tal, recomendam que se usem metodologias participativas para que os adolescentes participem e se conscientizem acerca de temas como a prevenção de doenças e a gravidez na adolescência. Assim, é necessário que práticas de educação sexual sejam desenvolvidas e socializadas com os pares nas escolas, ainda que existam manifestações contrárias, que tendem a responsabilizar a educação no âmbito da família para questões de educação sexual.

Negar o acesso à informação a respeito de sexualidade a crianças e adolescentes, segundo Campos e Urnau (2021), seria uma forma de violência, pois estariam sendo negados direitos sexuais, uma vez que, sem essas informações, seria impossível a ruptura de ciclos de violências sexuais aos quais crianças e adolescentes podem estar submetidos. Os mesmos autores (2021) explicam que o desenvolvimento saudável e seguro da sexualidade é o que seria considerado para a saúde sexual, um direito básico dos seres humanos. Para a garantia desses direitos, é necessário construir coletivamente nas escolas espaços de resistência e reflexão nos quais seja garantida a participação de todas as pessoas que compõem o ambiente escolar, respeitando-se as diferenças, a pluralidade de opiniões e os modos de viver.

Esse ideal de formação para a educação sexual, conforme explicam Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), não deve se restringir apenas a aspectos biológicos e anatômicos, para que sejam emancipatórios e capazes de possibilitar discussões de emoções e valores ligadas à sexualidade. Só assim, conseguiremos, como dizem Sfair, Bitter e Lopes (2015), fortalecer jovens e adolescentes, bem como o sentimento de estima e seus valores pessoais e para com o outro, desmistificar o tema e abordar não só o risco, mas também sentimentos, prazer, respeito e responsabilidade envolvidos na sexualidade humana.

Barcelos, Zaiad e Santos (1996) entendem que os adolescentes apresentam diversos questionamentos quando a temática é trabalhada na sala de aula, talvez pelo fato de que muitas mães e muitos pais delegam à escola a tarefa de educar sexualmente seus filhos e por vezes a escola só explica os aspectos biológicos ou convida palestrantes da área médica para abordarem a temática. Ainda assim, a escola tem um papel de extrema importância. Nesse sentido, concordamos que

o papel que a Escola assume nesse cenário pode ser visto, não apenas como importante, mas como estratégico na medida em que se constitui num local potencialmente explicitador e questionador das complexas formas pelas quais as identidades culturais são construídas, articuladas, experienciadas, transgredidas e rearticuladas no âmbito do social (Furlani, 2007, p. 271).

É essencial considerar a complexidade inerente à temática da sexualidade e reconhecer que as práticas educativas precisam refletir essa complexidade. Como destacado por Vieira e Matsukura (2017), é crucial estabelecer complementaridades entre as distintas disciplinas e áreas do conhecimento, indo além do tradicional escopo das Ciências e da Biologia. A educação sexual, conforme explicitado por Sfair, Bittar e Lopes (2015), está devidamente prevista em documentos oficiais. Durante o período entre 1990 e 2010, 25 documentos abordaram a temática, embora de maneira indireta, com 56% deles sendo de autoria do Ministério da Saúde.

Diante do exposto, este artigo tem como propósito apresentar de que maneira a educação sexual é abordada na literatura acadêmica brasileira, com foco especial na educação sexual escolar. Para alcançar esse objetivo, realizou-se um levantamento bibliográfico por meio de uma busca na base de dados do Google Acadêmico³, utilizando

³ Inicialmente, a pesquisa foi conduzida na Plataforma Scielo, onde, sob as mesmas condições de busca, foram identificados apenas 14 resultados. Considerando que a temática parecia ter sido mais extensivamente explorada e

as palavras-chave "educação sexual" e "escola", combinadas pelo operador booleano AND. Não foi estabelecido nenhum recorte temporal durante a busca, resultando em mais de 18.000 resultados. O número elevado de trabalhos encontrados pode decorrer do fato de que o Google Acadêmico inclui diversos formatos de publicações, tais como livros, capítulos, teses, dissertações e trabalhos publicados em anais de eventos, além de artigos científicos. A amplitude dessa quantidade sugere também que a educação sexual é um campo de estudo e pesquisa abrangente, com uma variedade de perspectivas, abordagens e tópicos disponíveis para exploração.

Devido ao considerável volume de informações, foram selecionados textos a partir da leitura dos títulos das cinco primeiras páginas de resultados (totalizando 50 textos) e, posteriormente, por meio da análise dos resumos. A seleção priorizou trabalhos que tratavam especificamente da educação sexual no ambiente escolar, excluindo-se textos duplicados ou que se desviavam do tema central. Foram selecionados 17 textos dentre os 50 iniciais, e a partir da leitura de tais artigos as seções subsequentes foram construídas, incluindo a organização temática, que buscou demonstrar a ênfase dos textos levantados.

O artigo está estruturado com uma introdução que apresenta conceitos e justificações do trabalho, seguida por três tópicos principais, nos quais são abordadas temáticas destacadas durante o levantamento bibliográfico. Inicialmente, serão exploradas as percepções de professores envolvidos na educação sexual escolar, incluindo as perspectivas de como esse trabalho é conduzido. No segundo tópico, será discutida a relevância da orientação sexual e do gênero como componentes essenciais da educação sexual, destacando-se a necessidade e a tendência de incluir esses temas para além de uma abordagem estritamente biológica. O tópico subsequente aborda outras experiências relacionadas à educação sexual, como aquelas desenvolvidas por profissionais da saúde ou por meio de jogos educativos. Em seguida, são discutidas algumas das controvérsias geradas pelo debate em torno da educação sexual, além de serem relatadas abordagens pouco eficazes e as possíveis consequências da ausência ou da inadequação do trabalho com educação sexual nas escolas. Por fim, o artigo conclui consolidando as principais descobertas e reflexões apresentadas ao longo do estudo.

2. Educação sexual nas escolas: professores como responsáveis

Ao longo das décadas, a escola tem sido reconhecida como o ambiente central para a educação sexual de jovens e adolescentes. Nesse contexto, é natural que os professores sejam considerados como agentes diretos desse projeto educativo. Essa concepção está fundamentada em diretrizes curriculares como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais delineiam os conteúdos mínimos a serem

que esses resultados poderiam limitar perspectivas cruciais de pesquisa no campo em estudo, optou-se por utilizar o Google Acadêmico como buscador, dada a sua abrangência, e realizar a seleção dos textos por meio de uma amostragem determinada pela ordem de relevância. Essa abordagem foi adotada ao levar em conta que bases de dados tradicionalmente empregadas em revisões sistemáticas de literatura, como a Scielo e outras, são compostas predominantemente por periódicos indexados, o que reduz sua cobertura e exclui diversas pesquisas realizadas e publicadas em periódicos locais. Essa perspectiva é respaldada por Mugnaini e Strehel (2008), que explicam, em seu texto, que muitas vezes textos considerados como estudos de interesse regional não encontram espaço para publicação em periódicos estrangeiros ou indexados, apresentando um risco para a prevalência da internacionalidade em detrimento da relevância social da ciência.

abordados nas escolas em relação à educação sexual. Os professores desempenham, assim, um papel crucial na transformação do currículo prescrito em ação, ao direcionarem e determinarem o que e como é ensinado.

A percepção social sobre o papel do professor na educação sexual manifesta-se de maneira heterogênea, refletindo distintos valores culturais e sensibilidades. Em determinados contextos, a atuação docente nesse domínio é ainda encarada com resistência ou desconforto, principalmente por pais que consideram inadequado abordar temáticas sexuais em ambiente escolar. Entretanto, uma visão mais progressista enfatiza a importância do educador como facilitador de diálogos abertos e provedor de informações pertinentes, contribuindo para uma abordagem educacional responsável e adequada da sexualidade. Apesar dos desafios e tabus existentes, observa-se uma tendência atual de reconhecimento do papel vital dos professores na promoção da educação sexual de crianças e adolescentes.

Por esse motivo, Barcelos, Zaiad e Santos (1996) defendem que os educadores devem possuir formação em sexualidade humana, aliada ao conhecimento de metodologias e ferramentas para o ensino da educação sexual. Em seu artigo, os autores (1996) apresentam um guia passo a passo para a implementação de um programa elaborado por uma equipe multidisciplinar. Esse programa inclui instruções claras e a explicação dos objetivos de cada encontro, proporcionando à escola uma formação contínua dos alunos.

Apesar da responsabilidade atribuída por diversos estudos à escola no que diz respeito à educação sexual, De Holanda *et al.* (2010) explicam que nenhuma organização consegue, por si só, implementar ações capazes de assegurar a saúde e o desenvolvimento sexual pleno dos adolescentes, destacando que a educação sexual depende não apenas de alianças intersetoriais, mas também da responsabilidade da família, que representa um dos eixos fundamentais na orientação de crianças, jovens e adolescentes. A respeito da educação sexual que ocorre nas escolas, com professores como mediadores centrais da construção de conhecimentos, um importante trabalho realizado na última década foi o de Vieira e Matsukura (2017) que mapeou, além de práticas, as concepções dos professores acerca da educação sexual, identificando que 60% utilizavam o modelo biológico centrado e preventivo; e 40%, o modelo biopsicossocial. Para diferenciar esses modelos, os autores explicam que

o modelo intitulado biológico-centrado e preventivo, identificado nos resultados, está relacionado a uma concepção predominantemente biológica do conceito de educação sexual e sexualidade. Dos dez professores entrevistados, seis demonstraram utilizar essa concepção para embasar e nortear suas práticas. Aponta-se que as práticas respaldadas por esse modelo mostram-se focadas em questões fisiológicas, tais como desenvolvimento, anatomia, aparelhos reprodutores, bem como em temáticas de prevenção das DST/HIV e gravidez na adolescência. Nesse modelo de prática, os demais aspectos subjetivos e socioculturais, relacionados ao fenômeno da sexualidade, são pouco abordados ou silenciados (Vieira; Matsukura, 2017, p. 460).

Essa explicação se refere ao modelo mais difundido de educação sexual, não apenas nesse estudo, mas em maior parte dos levantados durante a escrita do presente

artigo. Notamos, porém, que os textos mais antigos apresentam, com mais frequência, essa abordagem, sendo que textos mais recentes parecem preocupados com outras questões inerentes à sexualidade humana, mais próximo do modelo que os autores chamam de biopsicossocial. Nas palavras dos autores,

o modelo de prática intitulado biopsicossocial identificado nos resultados do estudo revela-se em concepções mais amplas sobre a sexualidade, nas quais outras questões sociais e subjetivas são incluídas e trabalhadas nas práticas de educação sexual com adolescentes além dos aspectos biológicos. Dos dez professores participantes do estudo, quatro referiram sustentar esse modelo de educação sexual (Vieira; Matsukura, 2017, p. 461).

Apesar da tendência de trabalhos mais recentes abordarem o modelo biopsicossocial, ainda são encontrados textos recentes que adotam uma abordagem mais restrita, principalmente quando se trata de trabalhos que não acontecem por meio de professores que têm uma participação cotidiana na formação com os alunos. Uma hipótese é a de que isso ocorra, porque são trabalhos que têm por natureza uma formação complementar e por isso, conseqüentemente, um recorte delimitado de interesse de formação. O trabalho de Carneiro *et al.* (2015) é um exemplo disso, o qual mostra que acadêmicos de enfermagem foram responsáveis por um projeto de educação sexual em uma escola de ensino médio e enfocaram na prevenção de DSTs, sem abordar outros aspectos da sexualidade humana.

Apesar de a temática ser relevante e de extrema importância para a formação dos adolescentes, não informa o adolescente para a ampla gama de conteúdos relacionados à sexualidade, o que pode ser reducionista e deixar algumas lacunas na formação. A prevenção deve ser abordada preferencialmente em paralelo a outros projetos de educação sexual ou mesmo trabalhando-se de forma transversal aspectos psicossociais da sexualidade, visto que muitos alunos podem não ter tido contato com outras perspectivas da temática. Um exemplo de trabalho que elencou, de forma abrangente essa diversidade de aspectos da sexualidade, é o de Maia *et al.* (2012) que se preocupou em oferecer uma educação sexual que possibilitasse aos adolescentes a vivência da sexualidade autônoma e responsável, em um projeto organizado em torno de 11 temas: 1) Identidade grupal e levantamento de expectativas; 2) Regras de convívio grupal; 3) Conceito de sexualidade; 4) Conceito social de adolescência; 5) Fisiologia e saúde; 6) Saúde sexual e reprodutiva; 7) Iniciação sexual; 8) Gravidez na adolescência; 9) Violência sexual; 10) Padrões de beleza e atitudes de discriminação; e 11) Gênero e diversidade sexual.

Esse exemplo é mencionado apenas para ilustrar uma abordagem mais completa da temática, sendo que cada escola deve elaborar seus projetos de educação sexual de acordo com a realidade na qual se insere, preocupando-se para que esses projetos sejam os mais completos quanto possível. Concordamos com Ribeiro (1990) que afirma que não existe um programa ideal a ser cumprido, pois, em cada série, os temas devem ser levantados com os alunos de acordo com seus interesses, para que os professores, a partir da demanda dos alunos, estruturarem um trabalho de educação sexual. Essa tarefa depende da formação dos professores para a temática. Quirino (2012) observou que para professores o conceito de sexualidade está dividido em duas categorias, a de sexo,

que diz respeito à diferença sexual dos gêneros e à relação sexual entre os seres humanos; e a de orientação sexual, no sentido de direcionamento de afeto, a qual, para além dos aspectos biológicos e corporais da sexualidade, abarca a percepção dos elementos espirituais e de expressão de amor entre os seres humanos.

A existência dessas diferentes percepções da sexualidade pode ser um dos motivos pelos quais diferentes abordagens da temática na sala de aula ocorrem, conforme observado no citado estudo de Vieira e Matsukura (2017). Relaciona-se isso não apenas à formação escolar e universitária desses professores, mas também à sua formação pessoal e às vivências anteriores à educação formal, já que, como já foi dito, a família tem papel essencial na formação da visão de mundo e conseqüentemente da sexualidade dos sujeitos. Como defendido, porém, por Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), muitas vezes há falta de preparo dos pais para discutir o assunto com os filhos, já que a sexualidade é uma pauta tabu, objeto de repressão ao longo das gerações e nem todos os pais tiveram acesso a informações para desmistificar preconceitos ao longo de sua juventude, perpetuando-se essa visão de resistência. Tal realidade, mais uma vez, reforça o papel da escola e dos professores na educação sexual. Nas palavras dos autores,

os professores, independente da área de formação, devem contribuir para que tabus e preconceitos ligados à sexualidade sejam excluídos ou no mínimo suavizados e que o conhecimento geral dos educandos acerca do assunto seja melhorado para que cada indivíduo viva de forma apropriada e singular sua sexualidade (Gonçalves, Faleiro, Malafaia, 2013, p. 258).

O tema educação sexual precisa, portanto, ser cada vez mais discutido, nas escolas e nos cursos de formação de professores, visto que, conforme dados elaborados por De Holanda et al. (2010), alguns professores percebem e reconhecem a importância da educação sexual dos alunos, mas sentem dificuldades e encontram desafios para desenvolver essas atividades e transferem para outras instituições a responsabilidade da formação nessa disciplina. Esses dados sustentam a tese de De Holanda et al. (2010) de que é necessária e urgente a priorização de educação continuada de profissionais, como professores e do setor da saúde, para capacitá-los e subsidiar a prática da educação sexual dos adolescentes, integrando os setores da saúde e da educação.

3. Questões de gênero e diversidade sexual: uma temática importante

Defendemos a abordagem abrangente da educação sexual, considerando as nuances biopsicossociais da sexualidade humana (Vieira; Matsukura, 2017). Dessa maneira, é crucial explorar temáticas essenciais para a vida em sociedade, como a orientação sexual e as relações de gênero, visando a uma sociedade mais igualitária e desafiando preconceitos (Vieira; Matsukura, 2017). Nesse contexto, concordamos com a perspectiva de Maia *et al.* (2012), que enxergam o trabalho de educação sexual como um caminho fundamental para desconstruir ideias cristalizadas na sociedade e formar indivíduos conscientes das complexidades das relações sociais.

O projeto de educação sexual proposto por Maia et al. (2012) concentra-se na temática "Gênero e Diversidade Sexual". Durante os encontros, os professores mediadores discutiram com os alunos acerca de valores culturais associados aos gêneros

masculino e feminino, ressaltando a natureza socialmente construída da categoria de gênero, que se desenvolve desde a infância. Adicionalmente, abordaram questões como a homossexualidade, destacando a existência de uma sociedade heteronormativa que marginaliza o que foge à norma (Maia et al., 2012). Sugerimos, ainda, ampliar o escopo para incluir temas relevantes, como identidade de gênero, oportunizar a discussão e reduzir preconceitos contra pessoas que se identificam com um gênero diferente do sexo biológico atribuído ao nascimento, abrangendo a experiência de pessoas transexuais. Além disso, é crucial incorporar a discussão a respeito da expressão de gênero, reconhecendo-se que algumas pessoas se expressam socialmente de maneiras que não se alinham com as normas tradicionais, como a identificação com gênero neutro e a recusa de pronomes convencionais (ele ou ela). Essa inclusão é vital para refletir a diversidade crescente de identidades de gênero na sociedade contemporânea.

Essa discussão é frequente entre professores em formação e em exercício de Ciências e Biologia, pois, como explica Ribeiro (1990), os primeiros trabalhos de educação sexual se voltavam a questões biológicas, sendo um tema quase que natural dessa área do conhecimento, em uma perspectiva que já foi superada, pois hoje se entende a necessidade e a participação de aspectos emocionais, socioculturais e históricos, entre outros. O autor, apesar de não tratar nominalmente das questões de gênero ou de diversidade sexual em seu trabalho, escrito há mais de trinta anos, corrobora com a visão aqui apresentada, quando afirma que

a escola deve discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes na nossa sociedade, relacionados à sexualidade. Isso, sem ditar normas de “certo” ou “errado”, o que “deve” ou “não deve” fazer ou impor os seus valores, acreditando que é melhor para o seu aluno – o que pode não ser! O papel do professor é ser mais um “dinizador de ideias” do que um “expositor da matéria” (Ribeiro, 1990, p. 4).

Em sua recente pesquisa, Rodrigues Neto (2022) examinou documentos acerca da educação sexual no Brasil e no estado de São Paulo, revelando uma notável ausência das categorias de gênero, diversidade e sexualidade em leis e documentos oficiais. Ele destaca a urgência de reivindicar essas categorias como temas essenciais para a capacitação de professores, ressaltando a importância de incorporá-las de forma clara nos materiais didáticos e currículos. A perspectiva de Rodrigues Neto enfatiza que a educação em sexualidade deve considerar o gênero e a sexualidade como elementos sociais, políticos, culturais e históricos, capazes de questionar outras formas de opressão.

Em um contexto mais amplo, é fundamental reconhecer que entender as diferenças de gênero e sexualidade, independentemente de sua origem, é crucial para abordá-las com respeito ao próximo. Segundo a Antropologia, nossa humanidade é enriquecida pelas diferenças, pois estamos em constante processo de diferenciação, manifestando-se na criatividade humana e nas construções históricas e culturais. O foco verdadeiramente significativo deve recair, portanto, sobre a promoção da educação para o diálogo e a compreensão das diferenças, não apenas na busca por compreender suas origens e seus estabelecimentos, mas, acima de tudo, proporcionando formas de

convívio baseadas na igualdade de condições e na ausência de discriminações (Borges; Borges, 2018, p. 3).

O trabalho de Borges e Borges (2018) apresenta um importante levantamento de como as questões dessa natureza, que estavam ganhando certa visibilidade, passaram por um apagamento nos últimos tempos, pois surgiram algumas preocupações de grupos religiosos com uma interpretação equivocada acerca da questão, por meio da crítica à chamada “ideologia de gênero”, a qual, como explicada pelos autores, não existe na literatura, sendo a expressão criada no Sul do país, como uma categoria de acusação, gerando-se pânico moral. Borges e Borges (2018) explicam que o apagamento dos temas de gênero e sexualidade das escolas não vai impedir os delírios pregados por quem defende que a “ideologia de gênero” exista, seja ela o que for, e sim causar o risco da discriminação de identidades sexuais e de gênero que fogem à norma, com o aumento de homofobia, lesbofobia, transfobia e exclusão social desses sujeitos, o que pode inclusive resultar em um aumento da evasão escolar e violências físicas e simbólicas.

Discutir gênero e diversidade sexual nas escolas não significa incentivar ou doutrinar jovens e adolescentes a serem homossexuais ou transsexuais, ou ensinar mulheres a odiarem homens e vice-versa. Ao contrário, tratar essas temáticas é debater, de forma completa e consciente, a educação sexual, que envolve essas temáticas, é fazer com que jovens e adolescentes que se desviam da “norma-padrão” sejam respeitados, é garantir que meninas, futuras mulheres, saibam reconhecer e se desvencilhar de relacionamentos abusivos e situações de violência doméstica, ou reivindicar seus direitos quando vítima de assédio em ambientes públicos ou de trabalho. O respeito à diversidade sexual não infere na obrigação de ter uma ou outra orientação sexual; caso assim o fosse, só haveria heterossexuais, já que esse é o padrão vigente de sexualidade, representado em todos os livros didáticos e materiais de educação sexual, em filmes, séries, músicas e outros elementos culturais. É preciso que a educação sexual aborde sexo seguro também entre pessoas do mesmo sexo, já que não existe, por exemplo, um dispositivo de proteção contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) para mulheres lésbicas. É preciso que as pessoas discutam sexualidades divergentes para que aprendam a respeitar, que não gerem violências contra essas pessoas.

Em resumo, a defesa por uma abordagem abrangente da educação sexual, permeada pelas nuances biopsicossociais da sexualidade humana, destaca a necessidade de explorar temas cruciais para a vida em sociedade. Concordando com as perspectivas que enfatizam a importância de uma educação sexual que transcenda as fronteiras biológicas, ressalta-se a relevância de promover discussões acerca de orientação sexual, relações de gênero e diversidade sexual. A inclusão desses temas nos currículos escolares é crucial para desafiar preconceitos, desconstruir ideias cristalizadas na sociedade e formar indivíduos conscientes das complexidades das relações sociais. A pesquisa destaca a ausência dessas categorias nos documentos oficiais, sublinhando a urgência de incorporá-las de forma clara na formação de professores e nos materiais didáticos. Em última análise, reconhecer as diferenças de gênero e sexualidade é fundamental para promover uma convivência baseada na igualdade de condições e na ausência de discriminações. A discussão dessas temáticas na educação sexual não só contribui para o respeito à diversidade, mas também para a promoção de

relacionamentos saudáveis, o combate à violência doméstica e a criação de ambientes inclusivos e igualitários.

4. Outras experiências de educação sexual

A partir dessas reflexões, serão descritas algumas experiências de educação sexual levantadas durante o desenvolvimento do presente artigo. O trabalho de Maciel et al. (2022) é um exemplo de prática diferenciada de experiência de educação sexual, no qual é relatado o desenvolvimento de um jogo denominado roleta digital, que tem o objetivo de conscientizar acerca do HPV, sendo uma ferramenta de educação em saúde e prevenção de adoecimento pelo papilomavírus humano, com design, compreensibilidade e interface satisfatórios. Essa é uma experiência que pode ser replicada em outras escolas e esse jogo pode ser utilizado como uma ferramenta de educação sexual, capaz de auxiliar o adolescente a protagonizar o processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias digitais da informação.

Alencar *et al.* (2022) realizaram uma pesquisa nesse sentido, o qual buscou mapear jogos educativos relacionados às educações sexuais, produzidos na última década, por meio de uma revisão sistemática de literatura. O estudo identificou 16 trabalhos, com jogos produzidos em quatro diferentes continentes, sendo a maioria concentrada no Brasil e nos Estados Unidos e em países de renda alta. O trabalho de Alencar *et al.* (2022) é excelente para educadores que buscam ferramentas como videogames e jogos digitais, descritos no estudo como majoritariamente participativos, abordando diversas áreas da sexualidade humana e com potencial positivo para ganhos educacionais e mudanças de hábitos.

Apesar de a maioria dos trabalhos encontrados abordarem a educação sexual entre crianças, jovens e adolescentes, se destacou outra experiência educacional, a de Dias e Sposito (2021) que relata uma intervenção pedagógica com alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um assentamento na zona rural. Apontou-se a necessidade de elaborar sequências didáticas para esse público, para abordar temáticas de sexualidade e gênero de forma transversal e adequada ao contexto desses estudantes, acerca dos quais poucos estudos de educação sexual se debruçam.

Mesmo a maioria dos trabalhos ser desenvolvida por professores ou profissionais e pesquisadores da área da educação, o estudo de Guimarães e Cabral (2022) relata a participação de profissionais de saúde que trabalharam a educação sexual no espaço de uma unidade básica de saúde (UBS) e em uma escola pública, abordando a gravidez na adolescência. Esse trabalho relata intervenções acerca de gravidez na adolescência, mas é relatado como assimétrico nas questões de gênero, já que havia uma responsabilidade apenas das meninas no risco de uma gravidez indesejada.

Essa experiência apresenta, além de um projeto de educação sexual, uma evidente controvérsia, uma vez que, apesar de abordar um relevante tema de educação sexual, o projeto deixou perpetuar estereótipos de gênero e um modelo patriarcal de opressão ao instruir apenas as mulheres acerca da temática de gravidez na adolescência, como se apenas elas fossem atingidas por uma eventual gravidez não planejada. Outros trabalhos apresentaram algumas controvérsias, que julgamos necessário elencar em um

tópico deste artigo para gerar a reflexão do leitor e de educadores que realizam projetos de educação sexual nas escolas.

5. Educação sexual: alguns relatos de controvérsias

Apesar dos evidentes benefícios da educação sexual nas escolas, a abordagem não é isenta de problemas e existem controvérsias apontadas na literatura acadêmica a respeito de práticas educativas em educação sexual. Muito se discute acerca da importância da educação sexual para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo a escola um importante local para a identificação e o encaminhamento para autoridades competentes de crianças e adolescentes vítimas de abusos ou em situações de risco. O recente trabalho de Campos e Urnau (2021) demonstrou, no entanto, que, no município de Porto Velho – RO, essa realidade não é explícita entre os agentes escolares e que as escolas investigadas não desenvolvem nenhum tipo de ação de enfrentamento, sendo a educação sexual apenas abordada como tema transversal. A leitura do trabalho suscitou a dúvida de como essas questões aparecem em outros municípios e estados da federação, dados a sua relevância e mesmo o aumento de casos de abusos de crianças e adolescentes durante a pandemia.

Outro trabalho que expõe uma incoerência do senso comum e da prática escolar em educação sexual é o de Furlanetto (2018), que buscou identificar na literatura se as ações de educação sexual relatadas nos escritos identificados por meio da revisão sistemática de literatura atendem ao preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Implementados há aproximadamente vinte anos, não se apresentaram de forma aproximada na investigação, sendo necessária a capacitação de profissionais das áreas da saúde e da educação.

Além disso, a literatura destaca o distanciamento da questão da educação sexual com adolescentes no contexto rural, onde a abordagem biológica e sexista é exacerbada, conforme apontado por Monroy-Garzon e Silva (2022). Eles propõem ações educativas baseadas no diálogo, na exploração e na compreensão da cultura e da realidade para possibilitar a expressão subjetiva da sexualidade dos adolescentes do contexto rural. Nesse contexto, o estudo de Dias e Sposito (2021) acerca de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um assentamento reforça a necessidade de atendimento desses sujeitos pela educação sexual na escola. Concordamos com a análise de Rodrigues Neto (2022) a respeito da política de educação sexual europeia, que destaca a importância de ir além das implicações acerca de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a problematização das normas e relações de poder, demonstrando a preocupação com os aspectos sociais, políticos e culturais do gênero e da sexualidade.

6. Conclusão

Diversos trabalhos estão sendo produzidos no Brasil a respeito de educação sexual, mais notadamente a partir da década de 90. Em linhas gerais, esses estudos apontam para a necessidade de abordar questões biológicas, anatômicas, sociais, culturais e psicológicas acerca dessas questões, sendo que se vê uma tendência e uma maior preocupação com aspectos sociais e psicológicos a partir de 2010, quando as

discussões de gênero e diversidade sexual apareceram com mais força em pesquisas acadêmicas, ainda que os trabalhos anteriores sinalizem para essa necessidade. A tendência crescente de considerar aspectos sociais e psicológicos, especialmente a partir de 2010, ressalta a necessidade contínua de adaptação e aprimoramento nas práticas educativas.

Os desafios e as controvérsias destacados na literatura apontam para lacunas significativas na implementação efetiva da educação sexual nas escolas. A falta de ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, evidenciada em algumas regiões, destaca a urgência de intervenções mais consistentes por parte das instituições educacionais. A disparidade entre práticas relatadas e padrões estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) enfatiza a importância da capacitação profissional contínua e a necessidade de novos documentos curriculares que norteiem as práticas de educação sexual, visto que a Base Nacional Comum Curricular é pouco abrangente nesse sentido.

A complexidade intrínseca à sexualidade humana, destacada pelos debates a respeito de identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, ressalta a necessidade de uma abordagem integrada. Os resultados de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento convergem para a importância de promover um ambiente seguro e acolhedor nas escolas, onde respeito, diversidade e consciência emocional são integrados à discussão acerca de sexualidade.

A responsabilidade central dos professores nesse processo educativo é sublinhada, reforçando-se a necessidade de formação continuada para garantir uma abordagem responsável e completa. A colaboração entre escola, família e instituições de saúde é apontada como crucial para proporcionar uma educação sexual significativa e contextualizada.

Diante dos desafios e da diversidade de perspectivas, a formação continuada emerge como imperativa, fortalecendo-se os profissionais para enfrentar as complexidades e promover uma educação sexual eficaz e sensível às necessidades dos estudantes. Nesse contexto, a construção de uma sociedade mais igualitária, desafiando estigmas arraigados, permanece como um objetivo essencial da educação sexual nas escolas.

Referências

ALENCAR, Nadyelle Elias Santos et al. Serious games para educação sexual de adolescentes e jovens: revisão integrativa de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3129-3138, 2022.

ALTMANN, Helena. Sobre A Educação Sexual Como Um Problema Escolar. About The Teenager's Sexuality As A Scholar Problem. **Revista Linhas**, v. 7, nº 1, 2006.

BARCELOS, Nora-Ney Santos; ZAIAD, André George; SANTOS, Claudine. Educação sexual: relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 7, 1996.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

BRANDÃO, Elaine Reis; HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, nº 7, p. 1421-1430, jul. 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. 2018. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 28dez. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: xx dez. 23.

CARNEIRO, Rithianne Frota et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 14, nº 1, 2015.

CAMPOS, Denise Carvalho; URNAU, Lílian Caroline. Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021.

DE HOLANDA, Marília Lima et al. O papel do professor na educação sexual de adolescentes. **Cogitare Enfermagem**, v. 15, nº 4, p. 702-708, 2010.

DIAS, Danielly Ferreira; SPOSITO, Neusa Elisa Carignato. Educação sexual: uma sequência didática para a EJA de uma escola de assentamento. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade 1: a vontade de saber 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. **Rio de Janeiro: Graal**, 1997.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres 8. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. **Rio de Janeiro: Graal**, 1998.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em revista**, p. 269-285, 2007.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013.

- GUIMARÃES, Jamile; CABRAL, Cristiane da Silva. Pedagogias da sexualidade: discursos, práticas e (des) encontros na atenção integral à saúde de adolescentes. **Pro-Posições**, v. 33, 2022.
- LOURO, Guacira. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: **Autêntica**, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, nº 46, p. 201-218, dez. 2007
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 17, p. 151-156, 2012.
- MACIEL, Maylla Pereira Rodrigues et al. Construção e validação de jogo educativo sobre a infecção pelo papilomavírus humano. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022.
- MONROY-GARZON, Adriana Marcela; SILVA, Kênia Lara da. Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210572, 2022.
- QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, p. 205-224, 2012.
- RIBEIRO, Marcos. Educação sexual. Além da informação. **São Paulo: EPU**, v. 62, 1990.
- RODRIGUES NETO, Antônio. Educação em sexualidade na Europa e as sexualidades interseccionais do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, 2022.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cad. Pesqui**, p. 11-19, 1985.
- SARTORI, Thiago Luiz. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. DOXA: **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, p. e022001-e022001, 2022.
- SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 620-632, 2015.
- VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, p. 453-474, 2017.